

PROCESSO Nº 29/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2026

A SER PROCESSADO E JULGADO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E SUA EQUIPE DE APOIO, NOMEADAS PELA PORTARIA Nº 001/2026, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL.

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, a da Lei 14.133/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento remoto, ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), dos sistemas de câmeras de videomonitoramento instalados nas unidades operacionais do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, incluindo o acompanhamento contínuo das imagens, comunicação de ocorrências, suporte operacional e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da infraestrutura do sistema, sempre que necessário, visando assegurar seu pleno funcionamento, a segurança das instalações e a continuidade dos serviços.

INTERESSADO: CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CORSAB

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 41.096,00 (quarenta e um mil, novecentos e seis reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/09/2026 às 09:00hs

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim



INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/09/2026 após a publicação

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/09/2026 às 08:59hs

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: CLEONICE APARECIDA DA SILVA

ESCLARECIMENTOS: www.licitardigital.com.br

TELEFONES: (31) 3107-0707 (licitar digital)

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 07h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.



EDITAL - NORMAS

PROCESSO Nº 29/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2026

TIPO: MENOR VALOR POR LOTE

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a pretensão de realizar a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento remoto, ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), dos sistemas de câmeras de videomonitoramento instalados nas unidades operacionais do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, incluindo o acompanhamento contínuo das imagens, comunicação de ocorrências, suporte operacional e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da infraestrutura do sistema, sempre que necessário, visando assegurar seu pleno funcionamento, a segurança das instalações e a continuidade dos serviços,** e as exigências estabelecidas, conforme os critérios e procedimentos definidos neste Edital, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento remoto, ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), dos sistemas de câmeras de videomonitoramento instalados nas unidades operacionais do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, incluindo o acompanhamento contínuo das imagens, comunicação de ocorrências, suporte operacional e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da infraestrutura do sistema, sempre que necessário, visando assegurar seu pleno funcionamento, a segurança das instalações e a continuidade dos serviços.**



ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Do objeto

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento remoto, ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), dos sistemas de câmeras de videomonitoramento instalados nas unidades operacionais do CORSAB, compreendendo o Aterro Sanitário, localizado na Rodovia MG-123, Km 03, Zona Rural, João Monlevade/MG, e a Usina de Triagem e Compostagem (UTC), localizada na Comunidade do Fundão, Zona Rural, São Domingos do Prata/MG.

A contratação compreende, ainda, o armazenamento das gravações em ambiente de computação em nuvem, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos, bem como a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da infraestrutura do sistema de videomonitoramento, sempre que solicitado pela Administração.

Da prestação de serviços

O serviço de monitoramento deverá ser executado de forma ininterrupta durante toda a vigência contratual, por meio de Central de Monitoramento pertencente à contratada, devidamente estruturada para operação contínua, garantindo elevada disponibilidade dos serviços, comunicação permanente e registro das ocorrências identificadas.

A contratada deverá realizar o acompanhamento contínuo das imagens captadas pelas câmeras, a identificação e comunicação imediata das ocorrências previamente definidas pelo CORSAB, o suporte operacional ao sistema e a disponibilização de acesso à plataforma de monitoramento e gerenciamento das gravações por meio de interface web e/ou aplicativo, permitindo aos servidores formalmente autorizados consultar imagens em tempo real, pesquisar gravações armazenadas, realizar download de arquivos e acompanhar o status operacional dos equipamentos, observados os níveis de permissão definidos pela Administração.

As imagens captadas pelas câmeras deverão permanecer armazenadas em nuvem por período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua gravação, permitindo sua consulta, reprodução e exportação sempre que solicitado pelo CORSAB. O ambiente de armazenamento deverá possuir mecanismos de



segurança compatíveis com a natureza das informações armazenadas, contemplando controle de acesso por usuário e senha, rastreabilidade dos acessos, proteção contra perda de dados e disponibilidade contínua durante toda a vigência contratual.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados mediante solicitação do fiscal do contrato, sendo remunerados por hora técnica efetivamente executada, observado o limite contratual previsto. O fornecimento de peças, componentes, conectores, cabos, equipamentos e demais materiais necessários aos reparos será de responsabilidade do CORSAB, mediante autorização prévia, cabendo à contratada realizar exclusivamente os serviços técnicos de instalação, substituição, configuração, testes e restabelecimento do pleno funcionamento do sistema.

Dos quantitativos e limites de execução

Os sistemas atualmente instalados são compostos por câmeras IP Intelbras modelo VIPC 1230 B, totalizando 13 (treze) equipamentos no Aterro Sanitário e 18 (dezoito) equipamentos na UTC. A contratação será dividida em 02 (dois) lotes, sendo o Lote 01 destinado ao sistema de videomonitoramento do Aterro Sanitário e o Lote 02 destinado ao sistema da UTC, permanecendo independentes para fins de contratação, execução, fiscalização e pagamento.

Os quantitativos estimados para os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão observar o limite máximo de 100 (cem) horas técnicas, sendo a execução condicionada à necessidade identificada pelo fiscal do contrato e à prévia autorização da Administração.

A contratação não contempla a aquisição de novos equipamentos, a ampliação do número de câmeras ou a execução de obras civis, limitando-se à prestação dos serviços de monitoramento remoto, armazenamento em nuvem, suporte operacional e manutenção dos sistemas já existentes.

Da vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os requisitos legais aplicáveis. A prestação dos serviços de monitoramento remoto deverá ocorrer de



forma contínua durante toda a vigência contratual, sem interrupções, inclusive em finais de semana, feriados e períodos noturnos, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo

NATUREZA

Conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 o objeto caracteriza-se como bem e serviço comum, considerando que seus padrões de desempenho, qualidade, especificações técnicas e condições de execução podem ser objetivamente definidos por meio deste Termo de Referência, utilizando especificações usuais de mercado.

QUANTITATIVOS

A presente contratação será dividida em 02 (dois) lotes independentes, durante a vigência contratual de 12 (doze) meses para ambos, conforme descrito abaixo:

- **LOTE 1 - Aterro sanitário:** Monitoramento remoto ininterrupto de 13 (treze) câmeras IP Intelbras VIPC 1230 B, com armazenamento das gravações em nuvem pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, manutenção preventiva e corretiva sob demanda, respeitando o quantitativo máximo estimado de 100 (cem) horas técnicas anuais.
- **LOTE 2 - Usina de Triagem e Compostagem:** Monitoramento remoto ininterrupto de 18 (dezoito) câmeras IP Intelbras VIPC 1230 B, com armazenamento das gravações em nuvem pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, manutenção preventiva e corretiva sob demanda, respeitando o quantitativo máximo estimado de 100 (cem) horas técnicas anuais.

Os quantitativos previstos para os serviços de manutenção possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral, sendo remuneradas apenas as horas efetivamente executadas, mediante solicitação da Administração e ateste do fiscal do contrato.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Além dos requisitos mínimos presentes no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), apêndice deste Termo de Referência, a contratada ainda deverá:



- I. Atender as especificações presentes no item **1.2**;
- II. Monitorar continuamente todas as câmeras objeto da contratação;
- III. Comunicar imediatamente ao responsável designado pelo CORSAB qualquer ocorrência previamente definida pela administração;
- IV. Registrar eletronicamente todas as ocorrências verificadas;
- V. Manter histórico das comunicações realizadas;
- VI. Disponibilizar acesso remoto ao sistema para usuários autorizados pelo CORSAB;
- VII. Armazenar todas as imagens em nuvem pelo período mínimo de 30 (trinta) dias corridos;
- VIII. Permitir exportação das gravações em formato compatível (mp4 ou equivalente), preservando data, horário e identificação da câmera;
- IX. Manter registros (logs) de acesso à plataforma;
- X. Disponibilizar acesso simultâneo para, no mínimo, 03 (três) usuários indicados pelo CORSAB;
- XI. Assegurar disponibilidade mínima de 99% da plataforma de monitoramento, desconsideradas as paradas programadas previamente comunicadas à administração.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- I. A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo a contratada disponibilizar toda a infraestrutura necessária para início da operação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para o CORSAB;
- II. O monitoramento deverá ser realizado de forma ininterrupta, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos, feriados e períodos noturnos, por meio de Central de Monitoramento própria da contratada;
- III. Os chamados técnicos deverão observar os seguintes prazos máximos:
 - a) Atendimento remoto para falhas críticas: até 2 (duas) horas após a abertura do chamado;



- b) Atendimento presencial para falhas críticas: até 24 (vinte e quatro) horas;
 - c) Atendimento presencial para falhas não críticas: até 72 (setenta e duas) horas.
- IV. A contratada deverá realizar manutenção preventiva trimestral em todos os equipamentos, compreendendo inspeção física, limpeza técnica, testes operacionais, verificação da qualidade das imagens, análise da comunicação das câmeras, verificação do armazenamento das gravações e emissão de relatório técnico detalhado;
- V. Mensalmente deverá ser encaminhado relatório contendo, no mínimo:
- a) Percentual de disponibilidade do sistema;
 - b) Ocorrências registradas;
 - c) Interrupções do monitoramento;
 - d) atendimentos realizados;
 - e) Manutenções preventivas e corretivas executadas;
 - f) Horas técnicas utilizadas;
 - g) Capacidade utilizada do armazenamento em nuvem;
 - h) Recomendações técnicas para melhoria do sistema.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento :

17.512.0070.2002.33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para contratação será de R\$ 41.096,00 (quarenta e um mil, novecentos e seis reais).

5. CADASTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema



eletrônico, dos seguintes campos: descrição e valor total do objeto, além das especificações do termo de referência, até a data e o horário estabelecidos, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

5.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis;

5.3. Os preços ofertados, na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, sendo que até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

5.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. ABERTURA DA SESSÃO:

6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.2.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

6.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com



acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

6.2.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3. FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

6.3.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo;

6.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.3.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$10,00 (dez reais);

6.3.6. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

6.3.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

6.3.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio,



justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação;

6.3.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

6.3.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

6.3.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

6.3.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

6.3.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Resolução nº 002/2021;

6.3.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

6.3.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

6.3.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais



licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.3.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

6.3.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

6.3.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60º da Lei Federal nº14.133/2021 assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) Produzidos no país;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.3.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;

6.3.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;

6.3.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

6.3.27. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance



ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.3.28. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.6. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.7. O Agente de Contratação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de



negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

7.8. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital;

8.2. O Agente de Contratação anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Agente de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso;

8.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitarias, o Agente de Contratação poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitarias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

8.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros;

8.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

8.6. Serão rejeitadas as propostas que:

- a) Sejam incompletas, isto é, não contiverem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Agente



de Contratação.

8.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem:

- a) Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente;

8.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL

9.1. A **PROPOSTA FINAL** do licitante declarado vencedor será automaticamente atualizada pelo sistema eletrônico sempre que houver apenas 1 item por lote. Quando houver mais de um item por lote o licitante declarado vencedor deverá atualizar sua proposta inicial inserida no sistema, no prazo definido pelo Agente de Contratação, de no mínimo **02 (duas) horas a contar da solicitação no sistema eletrônico** e deverá conter:

- a) Os valores atualizados da proposta conforme o menor preço apurado na fase de lances e ou negociação.

9.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação;

9.3. Se faz necessário a especificação clara e detalhada do objeto licitado oferecido, vedada a propositura de alternativas, ficando os licitantes limitados às especificações deste Edital, observando a ordem numérica disposta e indicando a marca, sendo que esta deverá ser obrigatoriamente especificada, podendo ser ofertada mais de uma marca mantendo preço único.

- a) Razão social completa da licitante e número de inscrição no CNPJ/MF, que



serão os mesmos constantes da documentação de habilitação e das faturas apresentadas por ocasião dos pagamentos, caso seja vencedora do certame;

- b) Preço, indicado em moeda corrente nacional, até duas casas decimais, expresso em algarismos e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças, ligações provisórias e demais despesas que se façam necessárias à execução completa, do objeto ora licitado;
- c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a entrega das propostas, conforme artigo 90 da Lei 14.133/2021.

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

9.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

9.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

9.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

9.9. Os serviços serão executados em regime de empreitada por preço global, forma de execução indireta, devendo ser observados pelos licitantes todos os itens constantes na Planilha Orçamentária e Termo de Referência anexos a este Edital;

9.10. Caso haja omissão dos dados da empresa licitante, referente aos prazos de garantia dos serviços e da validade da proposta, mencionadas nas alíneas “e” e “f”, serão considerados os prazos estipulados neste Edital.



10. HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados somente pela empresa vencedora após solicitação pelo agente de contratação via plataforma licitar digital no prazo de 02 horas.

10.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Prova de registro, na Junta Comercial, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, compreendendo: contrato de constituição e todas as alterações havidas após a constituição da empresa, tudo devidamente registrado quando a lei assim o exigir, sendo facultada a apresentação da última consolidação contratual e alterações posteriores, com a certidão simplificada da Junta Comercial, recente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- II. Prova de inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do ato constitutivo (e alterações), no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- IV. Cédula de Identidade dos sócios.

DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;



- III. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- IV. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários);
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- VI. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
- VIII. No caso de licitante que pretenda executar o objeto desta licitação por meio de filial, deverá apresentar todas as certidões tanto desta (filial) como também da matriz. Se a filial responsável pela execução do objeto for de outro Estado, existindo filial no local da realização da licitação, deverão ser apresentadas certidões da matriz e de ambas as filiais.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, complexidade e natureza com o objeto da presente contratação, contemplando serviços de monitoramento remoto de sistemas de videomonitoramento e/ou manutenção de sistemas de CFTV;



Declaração de que possui Central de Monitoramento própria ou contratada, apta à prestação ininterrupta dos serviços durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, dispondo de infraestrutura tecnológica compatível com a execução contratual;

Declaração de que dispõe de equipe técnica qualificada para atendimento remoto e presencial das demandas de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;

Declaração de que possui condições técnicas para disponibilizar armazenamento das gravações em ambiente de computação em nuvem pelo período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, assegurando disponibilidade, integridade, confidencialidade e rastreabilidade das informações armazenadas.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

Certidão Negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante dentro dos 90 (noventa) dias antecedente à data de abertura desta licitação ou segundo as disposições contidas no documento acerca do prazo de validade dele, admitindo-se certidões digitais;

Caso a certidão de falência, recuperação judicial ou extrajudicial apresente restrição aos processos eletrônicos (PJE), caberá ao licitante apresentar juntamente com a certidão de falência recuperação judicial ou extrajudicial expedida no FORO do domicílio, certidões expedidas através do site do Tribunal de Justiça, certidão cível geral, de 1ª e 2ª instâncias;

Declarações constantes anexas ao Edital, conforme o licitante já marcou em campo próprio do sistema.

11. DO PAGAMENTO

- I. A medição ocorrerá mensalmente:
 - a) O serviço de monitoramento remoto será remunerado mediante valor mensal fixo correspondente à efetiva prestação do serviço durante o período de referência;
 - b) Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão remunerados



- exclusivamente pelas horas técnicas efetivamente executadas, previamente autorizadas pelo fiscal do contrato e devidamente comprovadas mediante relatório técnico;
- c) Não serão devidas horas relativas ao deslocamento da equipe técnica até as unidades operacionais do CORSAB, devendo o valor ofertado contemplar todos os custos indiretos necessários à execução dos serviços..
- II. O pagamento será efetuado somente após o ateste da execução dos serviços pelo Fiscal do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, juntamente com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho;
- a) As Notas Fiscais correspondentes deverão ser entregues pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas;
- b) Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra;
- c) Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao CORSAB;
- III. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA;
- IV. O CORSAB, poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas



parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do CORSAB;
 - b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;
 - c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do CORSAB;
 - d) Débito da CONTRATADA para com o CORSAB, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos;
 - e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- V. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do CORSAB, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Poderá o CORSAB revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;

6.2. O CORSAB deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação;

6.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21;

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Consórcio;

6.5. Integram o Presente Edital:



- a) ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- b) ANEXO II – Análise de Riscos;
- c) ANEXO III - Termo de Referência;
- d) ANEXO IV – Modelo de Proposta;
- e) ANEXO V - Modelo de Declaração unificada;
- f) ANEXO VI – Modelo contrato de prestação de serviços;

João Monlevade, 17 de setembro de 2026

SAMANTHA APARECIDA DE AVILA COSTA
MAGALHAES:06781676644

Assinado de forma digital por
SAMANTHA APARECIDA DE AVILA
COSTA MAGALHAES:06781676644
Dados: 2026.09.17 16:03:53 -03'00'

Samantha Aparecida de Ávila Costa Magalhães
Presidente do CORSAB

